

**Sr. Subsecretário-Adjunto da SUBLIC,**

Versa o presente do processo administrativo de inscrição do servidor **MÁRCIO HUGUENIN DUTRA FRANÇA**, matrícula nº 02/2894/0-7, no “**Seminário de Governança em Gestão de Pessoas**”, promovido pela empresa INFOCO RH LTDA, que será realizado no período de **23 a 25/10/2023**, na cidade de **Foz do Iguaçu/PR**.

Preliminarmente, impende o registro da autorização do Exmo. Sr. Presidente desta Corte de Contas, para **participação de apenas um servidor**, conforme despacho observado na SIE SUBPES0159/2023.

Dito isto, tendo em vista os autos ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, em sua instrução datada de 26/09/2023, informa que:

- a) A contratação tem respaldo no *caput* do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que trata da “**Inexigibilidade de Licitação**”, face à inviabilidade de competição;
- b) O custo total da inscrição, após negociação realizada com a Infoco RH é de **R\$3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, de acordo com o demonstrado na proposta de preços (peça nº 2);
- c) A publicação do valor que integra o objeto no portal da empresa na *internet* caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 (peça n. 1);
- d) A inscrição do servidor foi efetuada conforme comprovante anexado aos autos (peça n. 4);
- e) Encaminhou a SIE CLC0173, de 25/09/2023, à Subsecretaria de Engenharia, Infraestrutura e Patrimônio (SUBENG) para adoção das medidas necessárias visando à emissão das passagens aéreas, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça n. 7); e
- f) Que a **empresa possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peça nº 5).

Desta forma, a **SUBLIC**, em 26.09.23, autorizou o **bloqueio orçamentário** no valor de **R\$3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, à conta do orçamento do exercício de 2023, o que foi efetivado pela **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)**, às peças nºs 17 a 19.

Em prosseguimento, nos termos dos artigos 53, §4º, e 72, inc. III, da Lei nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral deste Tribunal – PGT** examinou o presente, em 09.10.23, nada opondo ao prosseguimento do feito, conforme excerto abaixo:

*“Inicialmente, nota-se que **a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21**, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.*

*Outrossim, **consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado**, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.*

*Por fim, em relação aos **requisitos de habilitação**, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Dessa forma, **não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico-formal no procedimento em tela**, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.” (grifei)*

Dessa forma, nada a opor ao prosseguimento do feito, e tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541, de 03.04.2023, e o disposto no art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/23, **opino** pela autorização da presente contratação com determinação de empenho à CPG e, em seguida, encaminhamento à CGA para as providências de praxe.

Tiago Junger  
Assessor  
Matrícula 02/4757



**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),**

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, com fulcro no art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/23 e no Ato Executivo nº 25.541/23, **AUTORIZO** a contratação direta pretendida e a emissão de empenho, em favor da INFOCO RH LTDA, CNPJ nº 04.825.501/0001-82, no valor total de **R\$3.900,00 (três mil e novecentos reais)**, com posterior envio à CGA, para as medidas de praxe concernentes à gestão contratual, o que inclui a publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis de sua emissão, em observância ao disposto nos artigos 94, inc. II, e 174, inc. I, da NLLC.

**Por fim, ressalto a urgência que o caso requer, já que o seminário em tela se iniciará em 23.10.23.**

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA  
Subsecretário-Adjunto  
Matr.: 02/4265-0-6